

ATA - TRE/PRE/CDTI**Objetivo:** Reunião ordinária CDTI**Local:** sala de treinamento da SGP - prédio-sede**Data:** 26/10/2023**Hora de início:** 14:09**Hora de término:** 14:48**Participantes:**

- Hardy Waldschmidt - Diretor-Geral
- Tatiana Quevedo - SJ
- Luciana Aguiar - STI
- Jorge Gaidarji da Costa - SGP
- Sérgio Roberto da Silva - SAF
- Kátia Souza - representando a CJA
- Ulysses Pereira de Almeida Neto - CITIS
- Fabiana S. P. Ramalho - NTI

Ausente a COPEG, em decorrência de férias do titular e indisponibilidade da servidora substituta devido a outra reunião já agendada.

Assuntos Tratados

- Migração dos links do BBSec (backbone secundário)
- Implantação do MFA (Múltiplo Fator de Autenticação)

Memória da reunião

A Secretária de TI, Luciana Aguiar, iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e observou que alguns colegas estavam participando pela primeira vez da reunião: a servidora Kátia Souza (representando a CJA) e o servidor Ulysses Almeida, representando a CITIS. Em seguida, passou a palavra para o Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt.

O Diretor-Geral lembrou que essa é a antepenúltima reunião do ano e que o CDTI está conseguindo manter a meta estipulada de realizar reuniões mensais. Ele observou que os encontros mensais têm oportunizado o repasse de informações da área de TI para as unidades e ainda a possibilidade de que a Administração tome decisões sobre aspectos de TI.

Ele prosseguiu parabenizando novamente a STI pelo trabalho realizado que culminou com a permanência no nível Excelência no iGovTIC-JUD; lembrou também do resultado preliminar do Prêmio Qualidade CNJ, cujo resultado, se confirmado, é o nível Excelência para o TRE/MS. O Diretor-Geral pontuou que o percentual alcançado pelo órgão (98%) só é possível devido à atuação de servidores muito acima da média.

Em seguida, o Diretor observou que ainda há muitos pregões a serem realizados e que é possível que não seja alcançado o índice de 100% de execução orçamentária em 2023, mas que isso não deve representar um problema muito grande para o órgão.

Hardy comentou que os grandes resultados têm sido obtidos devido à atuação das pessoas certas nos lugares estratégicos e, no tocante à TI, observou que a área tem se aprimorado ao longo dos anos e que os resultados colhidos mostram que a unidade possui uma equipe de excelência, assim como outras unidades.

Ele lembrou ainda da atuação da Administração para melhorar o quantitativo de cargos de TI do órgão: já houve a transformação de um cargo vago para a área de TI e comentou a necessidade de fazer outras transformações quando houver possibilidade, pois entende que a TI é a área mais sensível em relação à defasagem no número de cargos.

Feitas essas considerações, a servidora Fabiana Ramalho, representante do NTI, apresentou a pauta da reunião, destacando a presença do servidor Ulysses Almeida para apresentação dos assuntos.

Migração dos links do BBSec (backbone secundário).

- Ulysses explicou o conceito de BBSec: trata-se do backbone secundário, isto é, da ligação de rede dos cartórios eleitorais com o TRE/MS; o backbone primário é a ligação do TRE/MS com o TSE
- o backbone atual foi projetado em 2019, no período pré-pandemia; com o advento da pandemia, houve um aumento enorme dos serviços de vídeoconferência e EAD
- devido ao fato de que tais serviços exigem maior velocidade dos links de comunicação, as características dos links do backbone atual não eram mais suficientes para atender as demandas dos cartórios, o que causava lentidões recorrentes e até travamentos que inviabilizavam a utilização dos serviços
- diante disso, a CTIS e a SGI idealizaram um novo modelo de backbone secundário e impulsionaram uma nova contratação, cuja principal mudança se refere ao aumento de velocidade dos links (ex.: de 2MB para 30 MB)
- os novos contratos já foram firmados, sendo que uma das empresas vencedoras já tinha contrato vigente com o TRE em número menor de municípios; a empresa Oi, que atendia a maior parte das localidades, não será mais fornecedora dos links
- o servidor prosseguiu dizendo que já foi realizada a implantação e ativação dos novos links em algumas localidades e até o momento o uso tem se mostrado inferior ao limite máximo contratado
- a SGI elaborou um cronograma de implantação dos links nas demais localidades utilizando como critérios de priorização aqueles municípios com maior índice de problemas registrados e também os locais com maior número de eleitores cancelados que precisam ir ao cartório eleitoral para regularizar sua situação
- para que os novos links estejam em pleno funcionamento, é necessário que a empresa faça a instalação e, em seguida, a SGI precisa realizar uma configuração interna; como o número de localidades é elevado, a Seção não tem pessoal suficiente para fazer o procedimento em um número muito grande de locais de uma só vez e, por essa razão, a ativação será feita aos poucos
- finalmente, Ulysses lembrou que os postos de atendimento irão trabalhar com os links do novo contrato do BBSec, fato que representa uma novidade em relação ao contrato anterior porque padroniza a utilização dos links do TRE/MS e facilita o suporte técnico por parte da SGI; ele concluiu informando que todos os municípios do estado estão contemplados com possível instalação de link no novo BBSec
- concluída a explanação, a Secretária de TI informou que foi realizada uma reunião com as zonas eleitorais no início da semana e que todos foram informados quanto ao prazo de até 40 dias para que os novos links estejam em operação, pois de acordo com a programação da SGI as instalações e ativações dos links estão previstas para ocorrer até o dia 17/12/2023
- o Secretário de Administração e Finanças, Sérgio Roberto, questionou qual a diferença de valores entre a contratação atual e a nova, para verificar se houve impacto muito grande no orçamento alocado para esse serviço; Ulysses respondeu que não tinha os números exatos, mas estimava que o novo contrato prevê um aumento de aproximadamente R\$ 200.000,00 e que entrega uma velocidade bem superior.

Implantação do MFA (Múltiplo Fator de Autenticação).

- Ulysses iniciou a apresentação desse tópico explicando que existem diferentes formas de identificação do usuário, sendo que o uso de login (e-mail ou título) e senha é o mais usado no TRE

atualmente; o uso do serviço de MFA permite que a identificação do usuário seja feita através de uma etapa a mais de verificação, através de autenticação pelo celular ou token (dispositivo físico)

- muitas vezes, a necessidade de aguardar um código de confirmação pode ser algo ruim para o usuário, mas que esse recurso deve ser utilizado para aprimorar a forma de identificação na rede do órgão e também porque, dessa forma, a equipe técnica não precisa atuar tanto nos cuidados que os usuários devem ter com o manuseio de senhas
- isso é possível porque, mesmo se um usuário tiver uma senha fácil e que seja descoberta por um invasor, o fato de ter que se autenticar por um código encaminhado para o celular faz com que o invasor não consiga acesso ao recurso desejado
- o Secretário de Gestão de Pessoas, Jorge Gaidarji, questionou se o SEI irá pedir a autenticação a cada assinatura de documento; Ulysses respondeu que a CODESC está fazendo um estudo sobre a melhor forma de autenticação, pois o sistema possui um autenticador próprio desvinculado da solução que está sendo implantada
- Ulysses prosseguiu lembrando que a nossa rede é bastante segura, pois a maior parte dos dados se encontra em banco de dados, o que dificulta muito um ataque semelhante ao que ocorreu na UFMS há algumas semanas; não obstante, o acesso a algum sistema que só pede login e senha ainda representa uma ameaça, em especial à integridade do órgão, citando como exemplo um acesso indevido como uma autoridade e assinando um despacho
- o servidor observou ainda que o patrocínio da Administração para a utilização do novo serviço é fundamental para apoiar na aceitação dos usuário
- em seguida, Luciana informou que o servidor Antônio Barata (responsável pela cibersegurança) entrou em contato com servidores que ainda não haviam trocado suas senhas e que esse trabalho de conscientização está sendo feito
- a Secretária Judiciária, Tatiana Quevedo, questionou se foi a cibersegurança quem propôs essa implantação; Ulysses informou que a solução foi adquirida pelo TRE/MS na contratação conjunta incentivada pelo TSE como parte da arquitetura de cibersegurança da JE e agora, na fase de implantação, a cibersegurança está fazendo o acompanhamento das etapas
- Fabiana observou também que os usuários eventualmente utilizam seus e-mails corporativos para se cadastrarem em serviços externos ao órgão e que podem utilizar nesses cadastros a mesma senha usada internamente; esse fator representa grande risco de vazamento de dados e é mais um motivo para aperfeiçoar o método de identificação dos usuários através do uso de MFA
- em seguida, foi apresentado o calendário sugerido das ações necessárias para implantar o serviço; Ulysses informou que já iniciou contato com o servidor Marcelo França para verificar o impacto do uso do MFA no IMO, pois o software é usado pelo público interno e externo (servidores inativos e prestadores de serviço)
- a servidora Kátia Souza, representante da CJA, lembrou que o SIEL é um software usado pelo público interno e externo e que também teve a funcionalidade de dupla autenticação configurada; ela relatou que houve dificuldades de uso no início, mas que agora isso não representa mais um problema e concluiu observando que essa funcionalidade tende a ser um padrão para uso dos sistemas de forma mais segura.

Finalizada a exposição dos assuntos da pauta, Fabiana lembrou a data da próxima reunião do CDTI (23-11) e informou que a próxima reunião poderá ser no formato presencial novamente.

A apresentação que serviu de guia para a reunião está registrada neste processo sob evento 1528894.

Próximos passos

- Próxima reunião CDTIC

- o Quando: 23-11-2023 às 14h



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GAIDARJI DA COSTA, Secretário(a)**, em 30/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA QUEVEDO DE SOUZA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 30/10/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Coordenador(a) em substituição**, em 30/10/2023, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral**, em 30/10/2023, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ROBERTO DA SILVA, Secretário(a)**, em 31/10/2023, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 31/10/2023, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KÁTIA SIMONE MAIA DE SOUZA, Chefe de Seção**, em 31/10/2023, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA JUCINEIRE VIEIRA DE AGUIAR, Secretário(a)**, em 06/11/2023, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1528402** e o código CRC **C2DE6A93**.

